



AS IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS E COMPORTAMENTAIS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

Amanda Amâncio da Silva¹; Jaqueline Feltrin Inada²

RESUMO: A violência é um problema que assume uma evidente relevância na sociedade contemporânea e, mais especificamente, a do abuso sexual. Esse fato se trata de uma prática antiga que vem sendo cada vez mais revelada, merecendo, assim, uma atenção especial, não apenas das autoridades, mas também dos profissionais de diversas áreas. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar as implicações psicológicas e comportamentais de crianças vítimas de abuso sexual em idade pré-escolar. Para tanto, a pesquisa buscou na revisão de literatura o embasamento teórico necessário para discutir essa temática. Em seguida, foi realizada uma pesquisa de campo com cinco psicólogos de orientação psicanalítica que atuam com indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos por meio de entrevista, com base em um roteiro de perguntas semi-estruturado. Com base nos resultados da pesquisa, as principais implicações psicológicas e comportamentais identificadas foram comportamento sexual inapropriado, depressão, comportamento agressivo, comportamento regressivo e atraso escolar. Logo, pode-se afirmar que o abuso sexual infantil provoca efeitos traumáticos e danosos aos sujeitos que o vivenciam, de modo que as crianças teriam seu desenvolvimento físico, psíquico, social e sexual comprometidos. Nesse contexto, é preciso direcionar um olhar sobre os efeitos que o abuso implica, percebendo a criança como um sujeito marcado por um trauma em sua constituição, sendo importante o auxílio de pais e profissionais na ressignificação de suas vivências.

PALAVRAS-CHAVE: violência sexual; crianças; idade pré-escolar; consequências.

1 INTRODUÇÃO

Várias são as evidências de que o abuso sexual infantil tem sido uma característica de todas as gerações e de cada cultura (SILVA; VILHENA, 1998). Levando-se em consideração o fato de a criança apresentar-se como frágil, seja física ou psiquicamente, em uma sociedade embasada nos valores do adulto masculino, é justificável que ela se situe na posição de vítima. Todavia, o reconhecimento do sentido da infância, bem como a preocupação da ciência com os efeitos da violência em seu desenvolvimento, são recentes.

De acordo com Labadessa e Onofre (2010), o abuso sexual está presente em toda história independente da classe social, grupo étnico ou religioso, de modo que quanto mais se retroage, mais se observa a falta de proteção jurídica da criança.

Segundo Bass e Thornton (1985), com a Lei de Talmúdica, durante os tempos bíblicos, era aceitável a utilização sexual de meninas a partir dos 3 anos de idade, contanto que fosse consentido pelo pai e este recebesse o dinheiro que lhe parecesse adequado por sua filha. Mesmo com a chegada do catolicismo, não houve modificações significativas em relação à temática (LABADESSA; ONOFRE, 2010).

Mais tarde, durante a Idade Média, as crianças eram misturadas aos jovens, adultos e velhos, compartilhando de jogos, brincadeiras e do trabalho como se fossem adultos, sem qualquer restrição (ARIÈS, 1981). Bass e Thornton (1985) relatam que, na

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR, Maringá – Paraná. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq -Cesumar). amandaamancio@hotmail.com.br

² Orientadora, Professora Mestre do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR. jaqueline.inada@unicesumar.edu.br



Europa, entre o fim do século XV e o final século XIX, muitas pessoas foram mortas por bruxaria e, em sua grande parte, eram crianças e mulheres acusadas por copularem com demônios.

Segundo Silva e Vilhena (1998), foi somente a partir de meados do século XX, que a atenção do público em geral e dos acadêmicos concentrou-se no tema da infância. A partir do estudo científico da criança e do conseqüente advento da psicologia do desenvolvimento, observa-se uma preocupação mais ampla e sistemática com a criança e com a necessidade de uma educação formal (RAPPAPORT, 1981).

Assim sendo, principalmente a partir da década de 70, começou a haver uma forte mobilização contra o complô do silêncio das famílias e da sociedade em se tratando do abuso sexual infantil (SILVA; VILHENA, 1998). No Brasil, a criança ganhou a condição de sujeito de direitos a partir da Constituição Federal de 1988. Além disto, em julho de 1990, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado pela Lei Federal nº. 8.069/90, veio ao encontro da Constituição Federal, como resultado de um movimento em prol da cidadania e da proteção da infância.

Todavia, apesar da evolução dos princípios morais e legais em defesa das crianças e adolescentes, os casos de abuso sexual infantil não deixaram de existir, nem mesmo passaram a ser olhados de uma forma uniforme pela sociedade, como um crime que resulta em sequelas, muitas vezes irreparáveis. Levando-se em consideração o exposto, esta pesquisa propõe, por meio da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo, compreender as implicações psicológicas e comportamentais imediatas de crianças que sofrem abuso sexual em idade pré-escolar.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização do presente estudo foi utilizada uma pesquisa bibliográfica exploratória, em um primeiro momento, a partir do levantamento bibliográfico, por meio de artigos, dissertações e periódicos *online* com a finalidade de oferecer um embasamento teórico. E, em seguida, uma pesquisa de campo com cinco psicólogos de orientação psicanalítica que atuam com indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos.

Para tanto, foi realizada a aplicação de entrevistas com base em um roteiro de perguntas semi-estruturado, abordando dados acerca da experiência dos entrevistados em casos de abuso sexual infantil, particularmente, em crianças com idade pré-escolar. Tais entrevistas foram realizadas com locais, datas e horários previamente estipulados. Além disso, utilizou-se gravador eletrônico, a fim de se obter melhor captação e fidedignidade dos dados. Após coleta de dados, posteriormente, as entrevistas individuais realizadas foram transcritas e então, analisadas.

A partir da análise das entrevistas feitas com os psicólogos, foi realizada a correlação das informações coletadas com o referencial teórico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no levantamento teórico e correlação dos dados colhidos através das entrevistas realizadas com as psicólogas, algumas questões devem ser ressaltadas.

Primeiramente, no que se refere à definição de abuso sexual, de acordo com Funiss (1993 apud SILVA, 1998), tal violência surge como um modo específico de violência contra a criança, que se refere ao envolvimento desta em atividades sexuais que



violam tabus sociais e familiares e as quais não são capazes de dar um consentimento maduro. Ao serem questionados acerca do entendimento sobre a definição de abuso sexual infantil, os psicólogos entrevistados apresentaram um discurso semelhante. De acordo com os entrevistados, abuso sexual é: “todo o ato de um adulto sobre uma criança que envolve práticas sexuais, como carícias, toques, até a relação sexual, assim como expor a criança a conteúdos que são impróprios para a idade como filmes ou revistas”.

Em se tratando de uma leitura psicanalítica acerca do abuso sexual infantil, segundo Ferenczi (2011), pode-se considerar que as fantasias edípicas da criança podem abrir caminho para o adulto perverso, na medida em que facilitam sua aproximação, pois a criança quer mesmo seduzir – sentar no colo, acariciar, beijar –, mas espera-se um retorno equivalente, ou seja, na linguagem da ternura. No entanto, quando a sexualidade genital adulta atribui uma excitação excessiva ao seu corpo, as fantasias inconscientes de sedução relacionadas ao adulto tendem a se confundir com a realidade, causando a manifestação de um forte sentimento de culpa na criança vítima de violência. Dessa forma, uma “confusão de línguas” por parte do adulto, que compreende o comportamento da criança como sedutor e não como de ternura, pode ir desde a estimulação erótica precoce e excessiva do corpo infantil até uma relação genital completa.

Os psicólogos entrevistados compartilharam da mesma opinião acerca do abuso sexual infantil tendo como base a psicanálise, responsabilizando o adulto, agressor, pela situação do abuso, de modo que a criança é tida como um objeto frente aos seus desejos: “Eu compreendo o abuso sexual infantil como uma perversidade do adulto, um desejo incontido de sua sexualidade destinado à dominação de uma criança que é alguém mais impotente [...]. Ele usa de poder e ele torna uma relação que deveria ser de segurança, de afeto, numa relação machucada”.

Embora algumas crianças revelem a situação de abuso, o mais comum, conforme Silva (2009), consiste na demonstração através de sinais e sintomas, que podem surgir de diferentes formas, desde a sua ausência, até a manifestação de sérios problemas físicos, emocionais e sociais.

Dentre os sintomas imediatos apresentados têm-se: o comportamento sexualizado, de modo que as brincadeiras da criança passam a expor um padrão mais sexualizado, como nos casos em que ela se masturba de forma demasiada, chegando até mesmo a repetir esse ato em locais públicos; a ocorrência de comportamento sedutor através da solicitação de estimulação sexual; e o conhecimento sobre sexo inapropriado à idade (BOMFIM; ANDRADE, 2012).

Por meio da análise das respostas obtidas nota-se a predominância deste comportamento sexualizado como sendo um dos principais sintomas manifestos por crianças que sofrem abuso sexual: “O ciclo de reprodução da violência é muito grande [...] a sexualidade faz parte do desenvolvimento da criança, mas alguns comportamentos são atípicos [...] a criança abusada tem um despertar da sexualidade muito cedo e aquilo se torna um vício, porque é um prazer não administrado”, afirma um dos entrevistados.

Os psicólogos atentam para agressividade e mudanças radicais de comportamento: “criança que era mais quieta começa a ficar agitada, ou criança agitada que começa a ficar mais quieta, mudanças comportamentais de um extremo para o outro”.

Segundo Silva (1998), os distúrbios do sono caracterizam um dos indicadores de abuso sexual, manifestando-se através de pesadelos recorrentes, nas quais as crianças podem acordar durante a noite muito assustadas e chorando. Este comportamento é denominado como “terror noturno”. Além disto, crianças que vivenciaram grande trauma emocional, como no caso de violência sexual, em geral revelam um comportamento



regressivo, podendo retomar comportamentos infantis há muito abandonados, tais como roer unha, chupar dele, e desenvolver enurese.

Segundo um dos psicólogos, em se tratando de indícios psicológicos de que a criança está sendo abusada pode-se considerar “a depressão infantil, a agressividade, a irritabilidade, a melancolia, o choro, a tristeza, a reclusão. A criança tem, geralmente, muito medo. Ela chora por qualquer coisa. Não quer ficar sozinha, não quer ir à escola. Ela começa a ter uma série de recusas”. Outro psicólogo também ressalta que “o comportamento depressivo é o que mais chama atenção, com choro constante, principalmente em crianças mais contidas, mais caladas, onde tem todo o embotamento afetivo e elas entram no processo de depressão”

De acordo com os entrevistados, “são mudanças muito visíveis para a gente não ver. A criança pode começar a diminuir o rendimento escolar, a diminuir o interesse pelas brincadeiras, pelo contato com outras crianças ou aumentar muito o interesse. Comportamento agressivo, muitas vezes acontece como forma de defesa. Tudo isto que a criança apresenta são defesas e são recados que elas endereçam para os adultos só que a gente as vezes finge que não vê. Os adultos em geral fingem que não veem”.

No que se refere as medidas interventivas utilizadas no tratamento de crianças vítimas de abuso sexual infantil, de acordo com os psicólogos “todo o tratamento infantil é ludoterápico [...] a partir do jogo, a criança vai representando seu universo simbólico. Você assume alguns personagens para tratar as feridas emocionais da criança, criando novos vínculos, representando a família de uma maneira diferente, ressignificando aquilo que ela vivenciou”. Nesta perspectiva, o tratamento psicológico de crianças vítimas de abuso sexual infantil, através da orientação psicanalítica, tem como objetivo possibilitar a reconstrução de uma subjetividade que estaria perdida, da história da criança abusada.

4 CONCLUSÃO

Com base nos resultados da pesquisa, as principais implicações psicológicas e comportamentais identificadas foram comportamento sexual inadequado, depressão, comportamento agressivo, comportamento regressivo e atraso escolar. Logo, pode-se concluir que o abuso sexual infantil provoca efeitos traumáticos e danosos aos sujeitos que o vivenciam, de modo que as crianças teriam seu desenvolvimento físico, psíquico, social e sexual prejudicados. É preciso direcionar um olhar sobre os efeitos que o abuso implica, percebendo a criança como um sujeito marcado por uma “cicatriz” em sua constituição, sendo importante o auxílio de pais e profissionais na ressignificação de suas vivências. Nesta perspectiva, a orientação familiar e uma escuta qualificada à criança são essenciais para uma intervenção satisfatória.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BASS, Ellen; THORNTON, Louise (Org.). **Nunca contei a ninguém**. São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1985.



BOMFIM, Carlos Eduardo Dos Santos; ANDRADE, Gladson Vinícius. A importância da atenção psicológica a adolescentes em situação de violência sexual. **Psicologia.pt - O portal dos psicólogos**, p.01-09. 2012. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0307.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2013.

CROMBERG, Renata Udler. **Cena Incestuosa: abuso e violência sexual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

FERENCZI, Sándor. Confusão de Língua entre os Adultos e a Criança (A linguagem da ternura e da paixão). In **Obras Completas: Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 2011 (Original publicado em 1933[1932]).

LABADESSA, Vanessa Milani; ONOFRE, Mariangela Aloise. Abuso Sexual Infantil: Breve Histórico e Perspectivas na Defesa dos Direitos Humanos. **Revista Olhar Científico – Faculdades Associadas de Ariquemes – V. 01, n.1, Jan./Jul. 2010**

RAPPAPORT, R. C. **Psicologia do Desenvolvimento**. Vol. 1 São Paulo: E.P.U., 1981. 74p.

SILVA, Adriana Nunan do Nascimento; VILHENA, Junia. **Abuso sexual infantil**. Curso (Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://www.adriananunan.com/pdf/adriananunancom_abuso_sexual.pdf> Acesso em: 05 maio 2013.